



DOCUMENTO FINAL DO III ÈGBÉ – NÓS SOMOS - ENCONTRO NACIONAL DA CULTURA DOS POVOS DE MATRIZ AFRICANA -

Reunidos no III ÈGBÉ – Encontro Nacional da Cultura dos Povos de Matriz Africana, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, sob a proteção e regência da nossa ancestralidade e da Iyá Oxum - a força das águas e do feminino, fonte de toda a vida e princípio fundamental da unidade planetária, nós, povos da Terra e de Terreiro, que dançam e celebram as heranças ancestrais afrodiaspóricas, manifestamos à nação brasileira nosso compromisso com a defesa inegociável e imensurável do direito da existência plena e dignamente, afirmando nossas diferenças e superando as desigualdades históricas frutos do racismo colonial, construído para nos inferiorizar, invisibilizar e negar nossos saberes civilizatórios.

Para tanto, exigimos do Estado e da Nação Brasileira o irrestrito cumprimento dos princípios constitucionais que garantem a cidadania com igualdade e liberdade, na forma de políticas públicas de proteção, reconhecimento e valorização das nossas comunidades, recusando-nos a sermos reduzidos à dimensão religiosa e nos afirmando como POVOS TRADICIONAIS, construtores de singularidades étnicas traduzidas em cosmovisões, estéticas, artes, ciências, saberes e culturas próprias.

Nossa luta vem de longe, muitas e muitos sacrificaram suas vidas para que pudéssemos resistir. Todavia, o momento atual se apresenta como uma verdadeira encruzilhada na qual Exu nos requisita a tomada de decisões históricas, sem as quais o futuro de nossos povos fica comprometido. No momento nos vemos imersos em uma guerra espiritual e secular, tornamos inimigos de outros que desconhecemos tão pouco fomos consultados se queríamos dela participar.

Nesse contexto, à medida que a extrema direita internacional e nacional alarga seu poderio político, assistimos a nação brasileira ser sequestrada por uma frente política conservadora, antidemocrática, reacionária e autoritária, decidida a revogar direitos duramente conquistados nas últimas décadas. No campo econômico, tais grupos intentam aprofundar a lógica neoliberal no Brasil, aprofundando a submissão



econômica e política da nação aos interesses dos oligopólios do capital especulativo-financeiro transnacional.

No plano ideológico, a sustentação das políticas neoliberais se dá mediante a tentativa de tomada do aparelho de Estado, objetivando a redução da democracia a uma teocracia fundamentalista lastreada na visão de mundo polarizada de segmentos evangélicos neopentecostais racistas, que demonizam nossos povos e nos expõem à violência como nunca visto em nossa história republicana.

No que toca às políticas de Estado, essa perspectiva ideológica se materializa na tentativa de retomada e de aprovação, no parlamento brasileiro, de projetos de leis anti-diversidade, cuja evolução fora interrompida com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2023.

Então, vemos o avanço de propostas que atentam contra a soberania dos povos originários em relação aos seus territórios, como também a tentativa de monopólio fundamentalista cristão sobre os corpos das mulheres, sobretudo negras, a exemplo do Projeto de Lei PL1904 que criminaliza mulheres estupradas que abortam – em relação ao qual manifestamos nosso absoluto repúdio, revogando direitos já consolidados historicamente pelos movimentos feministas. Na esfera educacional, afronta-se a liberdade de pensamento e cátedra na atividade docente, tentando instituir o patrulhamento ideológico e a criminalização de educadoras e educadores.

Então, sobre os Povos de Terreiro de matriz africana, prevalece a retórica da liberdade religiosa para impedir que pessoas de todos os credos tenham acesso ao ensino da história da África e das culturas afro-brasileiras e ameríndias no currículo escolar, conforme determina a lei 10.639/03 e 11.645/08, em um movimento de boicote sistemático à sua efetivação, que vai do parlamento até a gestão escolar, a mercê de educadores neopentecostais que não hesitam em boicotar, criando inúmeras dificuldades para a incorporação dessas temáticas no ensino. Essa prática de boicote, alinhada a desmontagem da cultura, torna-se fato, o desejo real da possibilidade de destruição das políticas públicas, dos projetos de ações afirmativas, duramente conquistadas pelo Movimento Social Negro e que tem tensionado o ideal civilizatório da nação brasileira, trazendo para a esfera pública a maioria da população preta e



parda que fora historicamente relegada à invisibilidade e exclusão, contrastando, com nossos corpos e presenças, os privilégios naturalizados da branquitude.

Compreendemos que toda essa movimentação antidemocrática e anti-diversidade compromete a governabilidade do governo Lula, em um momento em que se propõe a RECONSTRUÇÃO da nação diante do tsunami neoliberal e fundamentalista que se implantou desde o golpe que violou o legítimo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, a realidade se agrava ainda mais com o sequestro do orçamento público federal, realizado por um parlamento fisiologista e hegemonicamente dominado pela extrema direita. Esse contexto coloca o governo do Presidente Lula em uma encruzilhada que se, por um lado, exige capacidade de negociação e diálogo com setores de oposição, por outro lado, entendemos que exige também o fortalecimento daquelas e daqueles que estiveram e estão ao seu lado nos piores momentos, durante a sua prisão e na última eleição presidencial, entre os quais se colocam os povos de matriz africana, especialmente nós, os macumbeiros de esquerda.

A polarização ideológica e política é uma realidade estabelecida, não fomos nós que a criamos, pois somos povos circulares, conectivos e integrativos. Todavia, entendemos que a encruzilhada acima citada não pode significar a negligência ou silenciamento em relação à nossa existência e às nossas demandas pelo aperfeiçoamento e ampliação das políticas antirracistas no país. Durante o III ÈGBÉ debatemos sobre como essa invisibilidade se reflete exemplarmente em momentos como das recentes enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, quando nossos povos tiveram seus sagrados submersos nas águas junto com suas dignidades igualmente submersas na ausência de políticas de assistência emergencial que atendessem suas necessidades, pelo que exigimos a imediata implementação de políticas que garantam assistência não apenas material às comunidades dos terreiros rio grandenses, mas, principalmente, recursos necessários à restauração e proteção de seus espaços e patrimônio cultural material e imaterial sagrado.

Da mesma forma, nos causa estranhamento que a presidência da República ignore a realização do ÈGBÉ desde sua primeira edição, ao ponto de sequer nos direcionar uma missiva presidencial que manifeste, pelo menos, o respeito às nossas singularidades e direitos, enquanto, em contrapartida, valoriza publicamente a chamada Marcha para Jesus com a representação do Ministro da Advocacia Geral da



União - AGU, Jorge Messias, representando oficialmente a Presidência da República e portando uma carta presidencial especialmente dirigida aos segmentos evangélico-cristãos que, há pouco tempo atrás, faziam arminhas em seus templos e direcionavam suas orações aos piores propósitos contra nós, os diferentes, os progressistas, os democratas e macumbeiros de esquerda.

Finalizamos dizendo que a crise política atual reflete uma crise mais profunda, a crise civilizatória, com o aprofundamento de um projeto de dominação colonial que não hesita em aprofundar a barbárie, a miséria em escala planetária e a exclusão das populações empobrecidas e exploradas que há séculos resistem a ser dizimadas.

Nesse contexto, exigimos o lugar de direito que legitimamente conquistamos na história brasileira, o de povos que, mesmos diante das tentativas epistemicidas de aniquilação dos nossos saberes e visões de mundo, resistiram e resistem, mas que não pretendem mais continuar apenas resistindo, pois queremos viver plenamente. Isso significa que não podemos mais ser tratados secundariamente no plano das relações de poder dentro e fora do aparelho de Estado.

Com isso, exigimos nossa presença efetiva nas instâncias de decisão, nos poderes legislativo, executivo e judiciário, para que não apenas nossos corpos sejam índice de novas construções simbólicas inclusivas, mas para que nossos saberes também contribuam fraternamente na reconstrução da educação, da economia, da ciência e da cultura nacional. Exigimos, ainda, a ampliação das políticas públicas de ações afirmativas, como também das políticas assistenciais e filantrópicas em todas as esferas da administração pública, saúde, educação, geração de emprego e renda, cultura e combate ao racismo, com transparência através de editais e de mecanismos de acesso desburocratizados, que contemplem nossas singularidades e formas de nos expressarmos, adequando seus objetivos às nossas realidades.

Coerentes com essa visão, invocamos nesse III ÊGBÉ a força feminina das águas, em profundo respeito com nossas lyás, (nossas mães), por compreendermos que delas vem à vida e que nelas a vida se expressa a continuidade da existência humana.

Por isso, deliberamos unanimemente pela inclusão de três mulheres de terreiro que devem nos representar na comissão organizadora da Marcha das Mulheres, que deverá ser realizada em novembro de 2024, reforçando uma aliança das mulheres de



Terreiro contra o racismo religioso e ambiental. Da mesma forma, reiteramos a importância de investirmos esforços na incidência política das mulheres de Terreiros na Cúpula Social Mundial durante a reunião do G-20 no Rio de Janeiro e na COP 30, em Belém do Pará, no ano de 2025. Reforçamos essa perspectiva, convocando e mobilizando nossos povos a participarem da Marcha Zumbi+30, a ser realizada em novembro de 2025.

Somos tradicionais por que conservamos o poder da oralidade, do ser e estarmos juntos, numa perspectiva socialista comunitarista não eurocêntrica. Portanto, temos muito a contribuir na RECONSTRUÇÃO política de uma verdadeira sociedade democrática, capaz de superar o hiperindividualismo neoliberal, base de toda a miséria “meritocraticamente” destinada a nós, os Povos de Terreiro, que dançam que não desaprenderam a conversar com as folhas, com os animais, com as pedras, com as águas e os ventos. Por que nos existimos!

Portanto, a verdadeira RECONSTRUÇÃO da nação deve nos dar o direito de sermos inseridos e não pode nos incluir secundariamente, para não repetirem os mesmos erros históricos dos que buscavam construir o novo, todavia, ancorados em valores e cosmovisões ainda eurocentradas, coloniais e exclusivistas. O racismo estrutural não conhece limites entre direita e esquerda, por isso só pode ser superado com a ação efetiva dos contra-coloniais, daquelas e daqueles que desenvolveram sabedoria e conhecimento no enfrentamento a esse mesmo racismo.

Por isso dizemos em alto e bom som a toda a nação brasileira, exigimos respeito e dignidade. Respeitem nossos corpos, respeitem nossos territórios, respeitem nosso sagrado, pois é nele e por ele que NÓS SOMOS!

III ÈGBÉ – NÓS SOMOS, Belo Horizonte, 16 de Junho de 2024